

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

GESTOS INTERPRETATIVOS NA CONFIGURAÇÃO
METODOLÓGICA DE UMA FD

Ercília Ana Cazarin

erciliac@terra.com.br

Doutora

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)

Este texto ocupa-se com três noções próprias da análise do discurso, mas polêmicas a ponto de nos levarem a entendimentos diferenciados. A partir de Pêcheux e de outros autores, procuramos compreender a formação discursiva (FD) na sua relação com o interdiscurso. Em um primeiro momento, buscamos entender as implicações entre interdiscurso e memória discursiva. A partir disso, o interesse é refletir sobre que fatores interferem no gesto interpretativo do analista, quando da configuração de uma FD no âmbito do interdiscurso.

Em simpósio anterior (2007), defendemos a ideia de que interdiscurso é uma noção que não admite plural nem adjetivação, e que o mesmo é concebido como uma multiplicidade heterogênea, irrepresentável e não-interpretável como um todo, daí sua determinação – O interdiscurso (CELADA, M. T. e CAZARIN, E. A. In CD do III SEAD/2007). Esse entendimento encontra eco em Semântica e Discurso, quando Pêcheux (1988, p.162-163) propõe “chamar interdiscurso a **esse ‘todo’** complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas, que toda a FD dissimula, na ilusão da transparência do sentido que nela se forma” (grifo nosso). O que estamos afirmando nos aproxima também de Malidier (2003, p.51) quando ela escreve: “**o interdiscurso** designa **o espaço discursivo** e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (idem).

Entretanto essa posição, por nós defendida, não é consensual. O próprio Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (p.164), põe em cheque a ideia de que o interdiscurso é uma noção que não admite plural, quando escreve: “retomaremos aqui a distinção dominação/determinação para colocar que a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva dominante, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de **seu interdiscurso** determinam a dominação da formação discursiva dominante (grifo

nosso). Minha inquietação consiste em como ler “de seu interdiscurso”? Ou seja, que sentido produzir para esse “seu interdiscurso”? Nessa mesma direção, Courtine (1981, p. 35) escreve que a caracterização **do interdiscurso de uma FD** é o ponto crucial da perspectiva desenvolvida por Pêcheux e registra: “é a partir do interdiscurso que poderão ser analisadas as modalidades do assujeitamento. Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem (...) os objetos (enunciados) que o sujeito enunciativo se apropria para fazê-los objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelas quais o sujeito enunciativo vai dar uma coerência a seu propósito...”

Talvez seja a partir desses posicionamentos que alguns analistas, na análise de determinados enunciados, escrevem que “recortam e atualizam um interdiscurso” e que para outro enunciado, “o sujeito recorta um outro interdiscurso...” (ROMÃO, L. et. al., 2006, P. 30). Na perspectiva de um consenso, chegamos a nos perguntar se não seria o caso de nos reportarmos a uma outra região do interdiscurso? Mas, isso também nos inquieta, pois pensarmos em recortar uma determinada região do interdiscurso, vai de encontro à ideia da dispersão dos enunciados que lhe é própria. Duas questões se colocam: 1. poderíamos nós continuar afirmando que o interdiscurso não admite plural? 2. se nós, analistas, ao configurarmos uma determinada FD, o fazemos a partir dessa dispersão, como operar com a noção de interdiscurso na realização desse processo?

Entendimentos diferenciados também ocorrem sobre interdiscurso e memória discursiva, entrelaçados a ponto de instaurarem dificuldades quando de sua teorização. É consenso, em AD, que quando falamos de memória, não é da memória cognitiva ou psicológica que se está tratando; também não é da memória de arquivo (memória documental/institucional) como nos lembra Orlandi (2006, p.22).

Entretanto a noção de memória discursiva, não raro, é apresentada como tendo uma relação simétrica com a de interdiscurso e é isso que nos interessa discutir - a memória discursiva na sua relação com o interdiscurso. Ou seja, se entendemos a memória discursiva como lacunar e o interdiscurso como um espaço saturado de sentidos, nos perguntamos se seria possível colocar este último numa relação de igualdade com a memória discursiva. No nosso ponto de vista, a memória discursiva é lacunar e seletiva justamente porque, na sua mobilização, joga ou atua a posição-sujeito, daí o “efeito de memória”.

Courtine (1981, p.53) salienta que a “noção de memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas determinadas pelos aparelhos ideológicos (...) e que os ‘enunciados’ em cuja formação se constitui o saber próprio de uma FD existem no tempo longo de uma memória, ao passo que um evento discursivo inscreve-se no tempo curto da atualidade de uma enunciação”. Ele encontra em Foucault (1972) a sustentação para a noção de “memória discursiva”. Segundo Foucault (op. cit., 73), “... o campo enunciativo comporta o que se poderia chamar domínio de memória (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, em conseqüência, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica)”.

Em relação a essa noção, Pêcheux (1999, p. 49-57), em *Papel da Memória*, do mesmo modo que Courtine, salienta que a memória que interessa para a AD não é a “memória individual”, mas aquela que

entrecruza os sentidos da memória mística, da memória social, inscrita em práticas e da memória construída do historiador. A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, etc. de que sua leitura necessita: *a condição do legível em relação ao próprio legível*. Segundo suas próprias palavras, “uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização (...). Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (...) o outro interno em toda a memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior,...”. Diante disso, se bem lemos o que escreve Pêcheux, entendemos a não equivalência entre interdiscurso e memória discursiva.

Por outro lado, Orlandi (2006, p. 18), em *Discurso e Textualidade*, escreve: “o interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo o dizer já-dito. Mas acrescenta: “ele é o saber, **a memória discursiva**. Aquilo que preside todo dizer...”(grifo nosso). Aqui já nos parece que interdiscurso e memória discursiva estariam sendo apresentados como equivalentes.

Assim, a partir do que escrevem esses autores, como considerar a memória discursiva na sua relação com o interdiscurso? Seria ou não uma relação de identidade? Teríamos outra maneira de pensar essa relação?

Talvez seja o caso de compreendermos que o interdiscurso fornece elementos para a reconstituição/restabelecimento da memória discursiva que é da ordem do interdiscurso, mas que, para produzir sentidos, precisa ser mobilizada pelo analista. Mobilização essa que funcionaria, então, tanto como gesto de interpretação, quanto como categoria de análise, nos moldes do trabalho de Courtine (1981).

Sendo assim, entendemos que a memória discursiva é do âmbito do interdiscurso, pois é este que fornece elementos para sua constituição e/ou reconstituição, mas que, para a mesma produzir sentidos, é preciso que seja mobilizada por uma posição-sujeito; também é necessário aceitá-la como lacunar, ao passo que o interdiscurso é saturado de sentidos – tudo está lá. Sendo assim, se nosso entendimento se sustenta, a noção de interdiscurso, então, não poderia ser colocada numa relação de equivalência com a de memória discursiva.

Outra questão que nos inquieta relaciona-se à configuração dos saberes próprios de uma FD. A partir do entendimento que temos sobre interdiscurso e memória discursiva, o interesse é, para além da determinação ideológica, compreender o que mais sustentaria os diferentes gestos interpretativos, na maneira de operarmos com o que estamos denominando de configuração metodológica de uma formação discursiva (FD) na sua relação com o interdiscurso.

Segundo Pêcheux (1988, p. 163), a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a FD que o domina e essa identificação (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, ‘os traços daquilo que o determina’, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. Entendemos que o escrito por Orlandi (2006,

p.17-18) também nos aponta para a mesma direção: “o interdiscurso determina a formação discursiva” e “as FDs são a projeção na linguagem das formações ideológicas. Quando fazemos uma análise, a posição-sujeito e o sentido são relativos à inscrição em uma FD do dizer submetido à análise. Não há uma essência do sentido – ele é sempre uma relação que tem a ver com o conjunto de formações discursivas”

É também a Orlandi (1999) que recorremos para apresentar a FD como sendo uma regionalização do interdiscurso, enfatizando que “a noção de FD, ainda que polêmica, é básica na AD, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso”. Nessa perspectiva, é consenso o fato de que uma FD não é delimitada *a priori* - configura-se como interpretação. Funciona, portanto, como um princípio de organização metodológica, resultado do “olhar” do analista.

No entanto, nos perguntamos: seria apenas a ideologia que determinaria esse gesto, esse “olhar” do analista? Ou haveria algo da ordem do próprio discurso interferindo na configuração de uma FD? O que determinaria a *lei de coexistência* dos enunciados a que se refere Courtine (1981)? Existiria aí um ponto de encontro do discurso com os acontecimentos históricos, isto é, com a história na história?

Seguidamente deparamo-nos com a dificuldade de delimitar posições-sujeito que ficam à borda de FDs, como também com o questionamento (a divergência) sobre a maneira de dirigir esse “olhar”. Exemplificamos: afinal, por que você delimitou a FD dessa forma etc.? A questão que nos inquieta é: como saber se determinados saberes pertencem ou não a uma determinada FD. Entendemos que aliado a esse gesto interpretativo do analista, há algo do próprio discurso sustentando esse “olhar”. Talvez seja aí que a memória discursiva sustente um e não outro recorte. O que estamos querendo dizer é que a configuração é do analista, mas também é do discurso que está sendo analisado. No fundo, o “olhar” é do analista, mas não pode ser qualquer um – é preciso que o discurso, na sua relação com a história, sustente teoricamente esse “olhar”. História aqui entendida como relação história e língua no discurso.

Nessa perspectiva, em texto anterior (CAZARIN, 2005), trabalhamos com o processo de configuração discursiva da *FD dos trabalhadores brasileiros*. Naquela ocasião, para tratar da análise do funcionamento do discurso de Lula (DL), tomamos como efeito fundador do mesmo o ano de 1978, marcado pelo acontecimento histórico da “eclosão das greves do ABC paulista”. Ao mesmo tempo, como entendíamos o referido discurso inscrito em uma posição-sujeito no interior da *FD dos trabalhadores brasileiros*, fez-se necessária a configuração metodológica dessa FD para não só justificar a nomeação que estávamos dando a ela, mas também para compreender como, a partir do interdiscurso, se poderia configurar uma FD representativa dos saberes e das demandas dos trabalhadores brasileiros.

O interesse, naquela pesquisa, era realizar a configuração desta FD para, a partir disso, acompanhar, ao longo do tempo, sua reconfiguração, não apenas em relação à delimitação de suas fronteiras externas entre diferentes FDs, mas também e, especialmente, em relação às diferentes posições-sujeito que nela estavam inscritas e que se relacionavam com a forma-sujeito que regula seus saberes. Para tanto, foi relevante a relação de fatos históricos com a discursividade para estabelecer o acontecimento histórico e discursivo a partir do qual foi possível falar em efeito fundador da referida FD.

Conforme Buarque de Holanda (1977), importa entender que, no Brasil, até o século XIX, predominou uma economia agrícola ligada à aristocracia rural com mão-de-obra predominantemente escrava. A vinda da família Real e a abertura dos portos brasileiros, em 1808, fez com que o comércio começasse a se desenvolver, dando início a uma incipiente indústria e gerando a necessidade de trabalhadores livres. Como o operariado urbano era praticamente inexistente, e tendo em vista que a mão-de-obra escrava não era especializada, o governo brasileiro promoveu uma imigração organizada, tanto para operários agrícolas como para operários urbanos.

O escrito por esse autor nos permitiu compreender que a classe operária brasileira “nasce” marcada por fortes desigualdades sociais e também por uma forte diversidade étnico-cultural. Salienta ele que, ainda sob o regime monárquico, os fazendeiros das áreas mais prósperas, ao compreenderem que o lucro não era apenas uma questão de barganha no mercado, mas também de custos, e que esses podiam ser controlados e reduzidos pela organização mais ou menos racional da fazenda/empresa, deram-se conta de que, para eles, já não era mais “negócio” comprar e/ou manter escravos. Era preferível operar com o trabalhador livre, colono ou assalariado, cuja remuneração era função do produto da força de trabalho. O trabalho livre era mais vantajoso, por isso, passaram a empenhar-se na promoção da imigração (In História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico –Tomo II, p. 319). Como conseqüência disso, é possível entender que a classe operária brasileira começa a se constituir no final do século XIX e se consolida nas primeiras décadas do século XX, a partir da substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra operária. Surge associada à libertação dos escravos que constituíam já uma parte da mão-de-obra dos estabelecimentos comerciais e das manufaturas, mas, aos escravos, somaram-se os trabalhadores livres e os imigrantes europeus, na sua maioria italianos, espanhóis e portugueses, além de contingentes menores de alemães, suíços e de outras nacionalidades. Embora a imigração tenha sido fortemente incrementada somente a partir de 1885-86, desde 1819, começou a chegar ao Brasil grande número de imigrantes. Os que não se adaptavam às condições de trabalho existentes no meio rural, migravam para as cidades, aumentando a mão-de-obra urbana – “os colonos, assim que podiam, abandonavam as fazendas e fixavam-se nos núcleos urbanos, dedicando-se ao comércio, à pequena indústria e ao artesanato” (In História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico – Tomo II, p. 160).

Sobre a importância dos imigrantes na formação da classe operária brasileira, escreve Pinheiro (1977, p. 138): “...terá especial significado, no que se poderia considerar como classe operária, a presença da mão-de-obra estrangeira composta pelos imigrantes europeus”. Essa importância também é ressaltada por Fausto (1976, p. 32) quando afirma que “a imigração teve grande importância no surgimento de ideologias contrárias ao sistema vigente no país e na adoção de modelos organizatórios pela classe operária”.

De qualquer forma, até a abolição da escravatura, praticamente coexistiram o trabalho livre e o escravo e a construção da classe operária brasileira, desde o início, deparou-se com condições de trabalho e de salário extremamente precárias. Disso se depreende que, desde “sempre”, a FD própria dos saberes e das demandas dos trabalhadores brasileiros é marcada pela não homogeneidade – escravos libertos, trabalhadores

livres e trabalhadores estrangeiros, com certeza, mantêm relações distintas com a forma-sujeito (sujeito histórico) desta FD.

Procurando justificar o que estamos denominando como sendo uma FD representativa dos saberes e das demandas dos trabalhadores brasileiros, acreditamos ser possível sustentar que, ainda que não institucionalmente organizados, esses três segmentos sociais (sob a ótica da AD, três diferentes posições-sujeito) constituem o “cerne” da *FD dos trabalhadores brasileiros*. Uma FD que é resultado de um recorte do interdiscurso e que se constitui de saberes que vêm se abrigar em uma mesma região de saber, fazendo “ecoar” discursos *já ditos*, isto é, retomando enunciados já formulados em outro lugar e em outra conjuntura histórico-social.

Nesse sentido, ao tentar compreender quais enunciados vinculavam-se ao domínio de saber representativo dos saberes e das demandas dos trabalhadores brasileiros, encontramos, na maneira de conceber *o trabalho* e nas relações de força que se estabelecem entre a classe trabalhadora e a classe patronal e governamental, o “divisor de águas” com outra FD politicamente antagônica aos interesses da classe trabalhadora - uma FD que, no espaço-tempo analisado, congregou a aliança das classes patronais, detentoras dos bens de produção com os aparelhos estatais. Para os trabalhadores, *o trabalho* apresentava-se como uma forma de vida e de sobrevivência, enquanto que, para a FD politicamente antagônica, significava uma das maneiras de obtenção de lucro – a maneira de encarar as relações de trabalho é que, metodologicamente, nos permitiu “agrupar” enunciados dispersos próprios de cada uma dessas FDs.

Assim, denominamos de *FD dos trabalhadores brasileiros* aquela que agrega os saberes e as demandas de todos os segmentos de trabalhadores. No entanto, não se leia, com isso, a possibilidade dessa FD funcionar como espaço homogêneo, pois, segundo Courtine (1982, p. 244-49), “uma FD deve ser considerada como uma unidade divisível, uma heterogeneidade em relação a si mesma. Suas fronteiras são fundamentalmente instáveis e, por isto, uma FD não consiste em um limite traçado uma vez por todas, separando um interior de um exterior do saber”.

Para concluir, enfatizamos que este foi o nosso gesto de configuração da FD em pauta e que este texto, longe de apresentar respostas, objetiva provocar a discussão sobre essas noções, produtivas, mas polêmicas a ponto de causarem, entre nós, entendimentos diferenciados. Em especial, em relação à configuração de uma FD, nos perguntamos: o que faz com que nós, analistas, na dispersão dos enunciados, os agrupemos em uma “rede de muitas amarras”, e não em outra?